

CONCEPÇÃO(ÕES) DE GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE GESTORES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE TUCANO/BA

Gregório Luís de Jesus - UEFS
gregorio.escolas@gmail.com

Solange Mary Moreira Santos - UEFS
solangemmsantos@gmail.com

Rodrigo da Silva Pereira - UFBA

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da dissertação que investigou as “Concepção(ões) de gestão escolar no processo de implementação das eleições de gestores escolares no município de Tucano/BA”. Objetivou-se identificar as concepções de gestão escolar subjacentes nos documentos normativos analisados e nas contribuições resultantes das entrevistas e grupo focal, procurando responder à seguinte questão: quais as concepções de gestão escolar orientaram os sujeitos responsáveis pelo processo de implementação das eleições escolares no município de Tucano/BA?

A gestão escolar foi pesquisada a partir da extensa literatura sobre a definição e distinção semântica entre os termos administração, organização, gestão, governança ou governação e suas classificações adjetivadas ou possessivas, como educacional, educativa, escolar, da educação, da escola, do ensino, visto que todas essas denominações refletem distintas influências políticas e pedagógicas, teóricas e práticas ao longo da história da educação brasileira. Neste trabalho, o termo “gestão escolar” adquire centralidade, devido à aparição dele nos documentos analisados e nas falas dos sujeitos desta pesquisa.

O percurso metodológico escolhido foi direcionado pelos pressupostos da abordagem qualitativa, teve como instrumentos de coletas de informações a entrevista semiestruturada, o grupo focal e a análise documental. Os 09 (nove) sujeitos que participaram da pesquisa foram selecionados com base no critério de envolvimento direto na implementação das eleições de gestores escolares do município de Tucano/BA. Para interpretação dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo de Franco (2005) e Bardin (2016).

2. AS CONCEPÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR

Ao tratar sobre gestão escolar, Freitas (2009) a enxerga como sendo os aspectos administrativos e pedagógicos que orientam e definem as questões relativas aos valores, à formação cidadã e à qualidade da aprendizagem dos alunos, constituindo-se também como o resultado de todo o processo educacional e de suas potencialidades.

Libâneo (2013) apresenta de forma esquemática, quatro concepções de gestão escolar: a técnico-científica, a autogestionária, a interpretativa e a democrático-participativa. A primeira foca a hierarquia de cargos, funções, regras e procedimentos administrativos, para a racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares. A segunda se baseia na responsabilidade coletiva, na ausência de direção centralizada e na acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição. A terceira considera como elemento prioritário os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas. A quarta se baseia na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe, na busca de objetivos comuns assumidos por todos e na defesa coletiva da tomada de decisões.

Fazendo a análise multifocalizada dos modelos organizacionais da escola, Lima (2001) apresenta a seguinte divisão: 1. construções teóricas com os modelos analíticos que permitem realizar ensaios interpretativos das realidades e os modelos pragmáticos que possuem características normativas e técnicas de organização e administração da escola; 2. configurações socialmente construídas/em construção com os modelos decretados os quais se encontram materializados em documentos e orientações normativas; os modelos interpretados que surgem a partir da notoriedade social do modelo decretado e os modelos recriados que são resultantes da interpretação e da inconformidade com as regras estabelecidas, ao ponto de se produzirem regras diferentes das anteriores.

3. AS CONCEPÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR REVELADAS NA PESQUISA

Em 2003, a fim de integrar o regime de colaboração, Tucano instituiu o Sistema Municipal de Ensino, através da Lei Municipal nº 205/2003, a qual estabeleceu a gestão democrática como princípio da escola pública. Desde então, outros dispositivos legais foram exarados, a fim de ratificar a gestão escolar democrática como a concepção presente nos documentos oficiais, quais sejam: Lei Municipal nº 271/2012 que dispõe sobre o processo de organização das eleições diretas para dirigentes escolares; Lei Municipal 221/2015 que aprova o Plano Municipal de Educação em consonância com a Lei Federal 13.005/2014 e, por fim, a Lei Municipal nº 323/2015 que regulamenta a implementação dos conselhos escolares no âmbito das escolas públicas municipais.

Desta forma, os documentos acima direcionam para ações voltadas à gestão democrática tais como participação da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem, compartilhamento de decisões, autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas, através de mecanismos como eleições de gestores escolares, criação de grêmios estudantis, associação de pais e mestres e conselhos escolares.

Os sujeitos do grupo focal, responsáveis pela construção da minuta da Lei Municipal nº 271/2012, foram: presidente do Conselho Municipal de Educação, Secretária Municipal de Educação, Coordenador Pedagógico Municipal, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Assessor Técnico Pedagógico, denominados aleatoriamente, de Representantes 1, 2, 3, 4 e 5.

Ao problematizar a existência da gestão escolar democrática, o Representante 2 afirmou que ainda não se efetivou uma escola/gestão que atenda aos pressupostos democráticos, mesmo admitindo a existência de documentos oficiais que os atestam. O Representante 1 defendeu a gestão democrática, afirmando que nela há liberdade, regras, leis e objetivos a serem pensados e alcançados pelo bem da coletividade. O Representante 5 chamou a atenção para os riscos de ações perpetradas por sujeitos que desaprovam a gestão democrática, em seguida, enumerou uma série de instrumentos que podem fortalecê-la dentro das escolas: a criação de fóruns, a associação de gestores escolares, os Conselhos Escolares.

Ao entrevistar quatro dos gestores escolares que participaram do primeiro pleito eleitoral, houve as seguintes sinalizações: “[...] após a implementação das eleições, as ações nas escolas tiveram a participação mais efetiva dos sujeitos” (Gestor 1); “[...] perdeu-se um pouco o viés político da indicação para o cargo de diretor” (Gestor 2); “[...] as pessoas passaram a ver a direção da escola como parceira” (Gestor 3); “[...] fincou-se um marco de democratização e descentralização dos processos escolares” (Gestor 4).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos dos sujeitos e os documentos analisados apontaram para a presença predominante dos modelos de gestão escolar normativa e decretada, bem como democrática, porém, alguns sujeitos enfatizaram que, apesar da existência de instrumentos que caracterizam o processo de democratização da escola, a exemplo da eleição de gestores escolares, conselhos escolares, associações de gestores, dentre outros, a gestão escolar democrática ainda não ocorre de forma plena no município de Tucano.

A pesquisa evidenciou que, embora a escolha de gestores escolares pela comunidade tenha inibido a intromissão político-partidária, não garantiu o desaparecimento dessa

interferência, visto que outras medidas passaram a coexistir com o propósito de manter “currais” eleitorais, a saber: a não aceitação de alguns sujeitos usuários da escola e de alguns representantes da gestão da educação municipal em conviver com a gestão escolar democrática, bem como a omissão dos órgãos da gestão municipal que passaram a contribuir menos com as ações das escolas, pois entendiam que não eram mais corresponsáveis.

A implicação dos sujeitos com os processos democráticos também foi fortemente explorada neste estudo, revelando que os gestores e implementadores da eleição de gestores escolares tiveram experiências em grêmios estudantis, associações e diferentes conselhos. Tais experiências são relevantes para acentuar o compromisso com as causas da educação, a valorização da democracia e a convivência democrática dentro da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Democracia. Democratização. Eleição de Diretores. Gestão Escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 501-521, maio/ago. 2007.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Hércules Editora, 2013.